

# Das leis da competencia

de CORREIA DE SOUSA

Com o desenvolvimento das indústrias, comércio, transportes, artes e ciências, o homem entrou em franca exploração de todas as riquezas. Da observação passageira dos progressos dos povos parece ficar-nos a impressão de que tende, cada povo, a bastar-se a si próprio. Incorreríamos em erro deplorável, se tão perto nos deixasse a análise.

Um país de densidade populacional equilibrada em todo o movimento demográfico, dotado das mais felizes condições e em plena prosperidade geral, teria tanto receio de se ver isolado como o mais pobre dos Estados. Um solo ubérrimo, um subsolo riquíssimo em minérios de toda a espécie, portos esplendidos, belas praias, parques e jardins encantadores, os progressos gerais altamente desenvolvidos e ainda a valorizar todas essas riquezas, um sistema hidrográfico privilegiado, um país, enfim, excepcionalmente dotado—não poderia bastar-se, viver isolado.

Julgamos felizes imperadores, reis, marquezas e toda essa linhagem aristocrática. Não o são tanto como supomos. A felicidade, tão relativa, nem sempre acompanha esses faunos de estirpe eleita. E se os vissemos isolados no mundo restrito das suas habitações, desses limites à loucura, à renúncia à vida—um curto passo, apenas.

Seria ainda pouco o convívio com os seus ajudantes, secretários, damas de honor, bobos, aias, criados e todos os serventuários. E se ainda desse contacto os privássemos, o seio da família seria para eles um horrór. Se, abrindo-lhes as portas, lhes pegassem se pretendiam viver assim ou com o povo na rua, no campo, e se só entre as duas tivessem de escolher, não hesitariam em optar pela última condição.

Esses palácios e vivendas nobres, silenciosas, estáticas notas de mistério, de gelosias sempre corridas como pálpabras de freiras pudorosas, seus pórticos adormecidos como de templos vedados a profanos, sem que a uma janela aflore rosto de mulher—quanto mistério, quanta tragédia, quanta miséria recolhemos, quantos anseios e segretos desejos! Se tivessem coragem para tudo nos confessar, resumiríamos toda a felicidade desse mundo de

opulência às visitas, imprensa, telefone, automóvel, correio, telégrafo, cinema, transportes. São as fronteiras, afinal, da sua vida material e espiritual, devida a esse labor de que vivem afastados. A privação equivaleria à pena capital.

Um Estado isolado do mundo, um povo com todas as manifestações de actividade limitadas às fronteiras dos seus territórios, não passaria além de individuo isolado da sociedade. A função de relação dum Estado é tão vital para ele como para o individuo. Dessa necessidade resultam as relações entre os povos, que reciprocamente dão e recebem por via dos entendimentos, tratados e convenções entre os Estados ou seus representantes. Outro não é o fim do maquinismo diplomático: relações, entendimento entre os povos, a bem deles devendo promover tudo que em suas forças caiba. Em qualquer sistema social que os povos se organizem, essa função será sempre fundamental e tanto mais preencherá a sua finalidade quanto mais consideráveis forem os progressos gerais dos povos. Crêmos mesmo que só será altamente benéfica se nobremente abolirem os direitos de recurso a males, nas suas relações, que são verdadeiros cataclismos sociais.

Chamam os Estados a si a missão de dirigentes e administradores dos povos. São entidades que não podem ter outra origem, na sua existência e na sua função, que não seja dos povos. Do povo saído e pelo povo sustentado, o maquinismo Estado obriga-se, pela força da razão de origem e existência, a uma acção unicamente dirigida no sentido de promover todos os esforços a bem dos progressos e felicidade do povo que o sustenta e nele delega ou admite a concentração de todas as funções sociais directivas. Assim os Estados mantêm relações entre si, convencioando-as segundo as conveniências dos povos e entre eles promovendo o intercâmbio das riquezas materiais e espirituais. Para tudo há acordos, tratados, convênios, convenções e um direito internacional, textos em harmonia com os quais os Estados e os individuos têm direitos e deveres.

Entre as riquezas dos povos, contam como índice dos seus

progressos e craveira de civilização os expoentes de educação e cultura. Por consequência, em todo o campo de acção do Estado a educação e a cultura do seu povo deve constituir um dos problemas de mais capital importância. O factor económico essencial dum povo é esse próprio povo que renova as actividades e perpétua a vida, no multiplicar das gerações e no rodar dos tempos, desde a função genésica à capacitação moral, intelectual e técnica para o útil emprêgo de todas as suas actividades em proveito individual e colectivo e sempre com o fim de melhorar as condições de vida tanto do individuo como da colectividade.

Não se podendo conceber felicidade sem educação e sem cultura, sob pena de considerarmos a vida uma materialidade grosseiramente animalêsca, a solução dos problemas pedagógicos e culturais representaria para o Estado a mais fundamental das razões da sua existência.

Problemas básicos na vida dum povo, eles são, contudo, os mais abandonados. Longe de serem encarados na sua delicadeza e categoria, eles não beneficiam, na prática, dos processos e métodos correspondentes, só dos quais poder-se-ia esperar o rendimento desafiado em quantidade e qualidade. Os princípios científicos são universais. Mundial é a missão dos transportes, do telégrafo, da imprensa, etc. O homem cria uma ciência, uma arte e uma técnica para tratar os animais, as plantas, trabalhar a pedra, o ferro, para se modelar no gesso, no bronze ou no mármore, para compôr e decompôr os elementos, explorar todas as riquezas e produzir todos os objectos, artigos, artefactos e produtos com um capricho que vão até à maravilha. As ciências, as competências técnicas, são as leis. Para se formar a si—e só a educação e a cultura o podem formar—não há uma arte que obedeça a processos e métodos universais, cujos princípios e aplicação fôssem exclusivamente determinados pelas competências especiais, que tanto se esforçam quasi inutilmente.

Os Estados são assistidos, em todos os seus departamentos e empreendimentos, das competências técnicas permanentemente ou eventualmente ao seu

serviço. Tratasse-se duma obra de engenharia, uma via férrea, ponte, canal, etc., ou da montagem dum laboratório, quem decide, na execução, é a competência técnica. E' segundo a estrutura por ela levantada, segundo os seus projectos, planos e instruções que a obra se realiza. Acontece, ainda, que nem sempre a competência técnica é do país onde as obras se realizam. Não faltam competências técnicas portuguesas no estrangeiro como em Portugal as há procedentes de Inglaterra, etc. Em todos os países isso acontece e a tendência é cada vez mais, por necessidade social, para o mundial, para os dominios da técnica. Os titulares das pastas a que respeitam as obras só intervêm directamente em casos muito especiais, mesmo quando especialistas na matéria. Limitam-se, geralmente, a fomentar, legalizar a execução e a assegurar os meios correspondentes dentro das disponibilidades orçamentais. Tal intervenção dá-se ainda apenas quando essas realizações estão além dos limites das atribuições subordinadas.

O Estado, mais do que criador de competências, mais do que tecnicamente competente, recruta competências e intervem, não executando mas promovendo, e assegurando os meios de execução de que a competência executiva necessita. E' uma entidade assistida das competências necessárias à sua função—uma empreza cuja competência realizadora está no pessoal ao seu serviço.

Segundo as suas relações e tratados os Estados importam e exportam. Ainda nesse movimento de riquezas está uma lei fundamental, a da técnica, que vai desde o carregador aos autores de projectos de comboios, portos, alfândegas e navios. A técnica está na produção movimentada. Nos tratados e em toda a legislação estão os peritos. E' uma necessidade social e sem ela, sem a necessidade imperiosa da técnica, a vida não teria ambiente. A atenção às suas leis é forçada—embora nem sempre a desejada.

Como a vida material domina a ponto de se prejudicar com o abandono ou menos atenção aos problemas da vida espiritual, a pedagogia e

(Continua na página seguinte)